



NOTA DAS CENTRAIS

MANIFESTAMOS nosso apoio à Campanha Salarial dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios, cuja data-base é em 1º de agosto. Após diversas reuniões de negociação com a direção dos Correios, a empresa não atendeu às reivindicações centrais da categoria, tais como o reajuste salarial imediato, a realização de concurso público e a redução do custo do plano de saúde. Diante do impasse nas negociações, os trabalhadores dos Correios iniciaram uma greve nacional em 7 de agosto de 2024. Esta decisão foi tomada após a empresa encerrar as negociações sem discutir cláusulas essenciais para a categoria e não apresentar uma proposta que contemplasse os anseios e reivindicações dos trabalhadores. Mesmo em greve, as representações dos trabalhadores solicitaram aos Correios a retomada das negociações, acreditando que somente a manutenção do diálogo social pode permitir encontrar soluções para a assinatura de um acordo coletivo de trabalho. No entanto, a direção dos Correios não apenas se recusou a retomar o diálogo com os representantes dos sindicatos em greve, como também realizou reuniões com representações de sindicatos que não estão em greve, como a reunião realizada em 13 de agosto de 2024 com a FENTECT. Não é adequado que uma empresa pública, sob um governo democrático, se reúna apenas com uma das partes, desconsiderando as representações sindicais em greve. É necessário que se reúna com todas as partes e negocie com todas as representações que legitimamente defendem os trabalhadores. Além disso, não é aceitável o encerramento das negociações coletivas devido à decretação da greve. As greves são instrumentos legítimos dos trabalhadores, previstos na legislação brasileira. Sendo uma empresa pública vinculada ao Governo Federal, os Correios não devem ignorar as legítimas representações sindicais dos trabalhadores. Assim, manifestamos nosso apoio à greve e solicitamos que a direção dos Correios restabeleça imediatamente o processo de negociação. No Estado democrático de direito, não é razoável que a direção dos Correios recuse a continuidade da negociação coletiva com as representações dos trabalhadores.

Negociação já!!!

Adilson Araújo, Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Ricardo Patah, Presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

José Gozze, Presidente da PÚBLICA, Central do Servidor

Luiz Carlos Prates (Mancha), Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular

BRASIL É EXEMPLO DE COMBATE À FOME

Foto Divulgação

Para desespero dos pessimistas e defensores do ultraliberalismo acima de tudo e todos, o Brasil é reconhecido pela ONU por ter políticas de enfrentamento à fome mais bem-sucedidas do mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas, o país pode superar o grave problema novamente em breve.

De acordo com os indicadores, o Brasil atingiu a média móvel de 3,9% no nível de fome. Para que um país deixe o grau considerado de subalimentação, é necessário que chegue a 2,5%.

Importante dizer que o Brasil deixou o Mapa da Fome em 2014, após mais de uma década de governos progressistas, e retornou à triste marca em 2021, com a gestão ultraliberal de Bolsonaro. Quando se trata de



insegurança alimentar grave, de 2020 a 2022, a média foi de 8,5% e agora está em 6,6%.

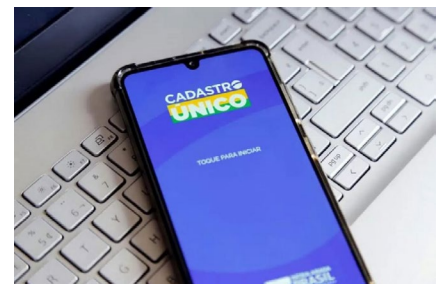
A ONU divulgou relatório, no final de junho, que aponta que a insegurança alimentar severa teve queda vertiginosa de 85% no Brasil em 2023. Com a redução, 14,7 milhões de pessoas deixaram essa situação. Em 2022, com Bolsonaro, a fome atingia 17,2 milhões de brasileiros, número que despencou para 2,5

milhões no ano passado.

Na opinião do representante do braço da ONU para FAO (Alimentação e Agricultura) no país, Jorge Meza, as ações do governo federal são fundamentais para redução da fome e as experiências devem ser utilizadas em outros países. "Em 2023, foi lançado o plano Brasil sem Fome, com o objetivo de articular mais de 80 programas governamentais em vários ministérios".

Frutos da democracia social

Foto Divulgação



O valor da democracia social para a redução das desigualdades e da pobreza fica mais uma vez comprovado nos novos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), segundo os quais cerca de 76% dos 1,3 milhão de empregos formais gerados no primeiro semestre deste ano foram ocupados por pessoas inscritas no CadÚnico.

Isto representa o acerto do governo em investir em programas sociais e incluir os pobres no orçamento da União. É o Estado ajudando os mais necessitados a saírem da condição de dependência do poder público e alcançarem a autonomia econômica e social proporcionada pela conquista de um emprego.

Ano passado, o número de pessoas do CadÚnico que conseguiram emprego formal chegou a 951 mil e agora em 2024 pode mais do que dobrar se a economia se mantiver em ritmo de crescimento como está atualmente. Já são quase 25 milhões de brasileiros que deixaram a condição de insegurança alimentar grave, ou seja, fome braba, em menos de dois anos de governo da democracia social das forças progressistas.

BNDES fortalece o Brasil

Foto Divulgação



Ao expandir a intermediação financeira, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) reafirma importância no apoio a micro, pequenas e média empresas, setores que sustentam a economia nacional. O banco obteve lucro líquido recorrente de R\$ 7,2 bilhões no primeiro semestre de 2024, aumento de

94,3% em comparação a 2023.

O resultado evidencia a relevância da instituição na promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Com R\$ 49,3 bilhões em desembolsos, alta de 21% em relação ao mesmo período de 2023, é um reforço no papel como propulsor de investimentos estratégicos.

O BNDES é a prova de que uma instituição pública pode ser lucrativa e, ao mesmo tempo, comprometida com o bem-estar da população. A força do banco está na capacidade de promover desenvolvimento de força equitativa, fortalecendo empresas, áreas como infraestrutura e inovação.